

As potências de uma reforma: uma análise sobre a reforma do Ensino Médio

MARCATTI, Amanda Aparecida¹

Resumo: Neste artigo, buscaremos tecer a relação existente entre a economia e os processos educacionais atualmente vividos no Brasil, tendo como palco de fundo a Reforma do Ensino Médio. Sobre este cenário, buscamos compreender as estratégias do capital para educação, ou seja, a relação de causalidade complexa entre a economia capitalista e a educação, que aponta neste momento para reprodução ampliada do capital, ou seja, seu mecanismo de estabilização econômica, reconstituição da base de produção, exploração da força de trabalho e aumento do lucro, colocando para a educação mais uma vez seu papel central no movimento de produção e autor reprodução do capital – formar com eficiência a única mercadoria capaz de gerar de valor – e assim transformar humanos em capital humano. Sobre esta compreensão, pretendemos construir uma análise a cerca das potências da Reforma do Ensino Médio. Quais são as suas implicações, objetivos e metas para com a educação pública no Brasil? Partimos, portanto do referencial teórico marxista, almejamos discutir quais são as estratégias do capital para a educação pública, que em nossa hipótese pode ser revelada a partir da análise e compreensão das mudanças propostas com a aprovação da Reforma do Ensino Médio, uma vez, que esta reforma pode nos explicar a tendência do capital para educação no Brasil e qual o papel do Estado nesta relação.

Palavras-chave: Reforma, Ensino Médio, Estado.

The powers of a reform: an analysis on the reform of High School

Abstract: In this article, we will try to weave the existing relationship between the economy and the educational processes currently lived in Brazil, having as background the Reform of Secondary Education. On this scenario, we seek to understand the strategies of capital for education, that is, the complex causal relationship between the capitalist economy and education, which at the moment points to a broader reproduction of capital, that is, its mechanism of economic stabilization, reconstitution of Base of production, exploitation of the labor force and increase of profit, placing for education once again its central role in the movement of production and reproduction of capital - to efficiently form the only commodity capable of generating value - and thus to transform humans In human capital. On this understanding, we intend to construct an analysis about the powers of the Reformation of the Secondary School. What are its implications, objectives and goals for public education in Brazil? We start, therefore, from the Marxist theoretical framework, we aim to discuss what are the strategies of capital for public education, which in our hypothesis can be revealed from the analysis and understanding of the proposed changes with the approval of the High School Reform, once, that This reform can explain the trend of capital for education in Brazil and the role of the state in this relationship.

Keywords: Reform, High School, State.

¹ Doutoranda em Educação pela FAE - UFMG. Mestre em Educação e Inclusão Social pela Faculdade de Educação da UFMG em 2014, graduada em zootecnia pela UFMG em 2011.

O Contexto da Reforma do Ensino Médio

No dia 23 de setembro de 2016, o presidente Michel Temer torna pública a Medida Provisória – MP 746/2016, que ficou conhecida como a “Reforma do Ensino Médio” e/ou MP do Ensino Médio. Rapidamente a notícia se espalhou por todo país, gerando diferentes reações nos setores organizados da sociedade civil e na opinião pública da população brasileira. Logo após a divulgação da MP do Ensino Médio, a sociedade brasileira se viu diante de mais uma reforma, a Proposta de Emenda Constitucional 55 – que ficou conhecida como PEC 55 ou PEC do Teto dos Gastos Públicos, que regulamenta os investimentos do Estado Brasileiro com os serviços públicos como saúde, educação, assistência social, dentre outros.

A instabilidade política vivida atualmente no Brasil, somada há um agravamento das condições econômicas e sociais de vida da população brasileira, conjuntamente a publicitação da MP 746/2016 e a PEC 55, fizeram com que parte da população se colocasse em luta contra a efetivação destas reformas. Os setores protagonistas deste processo foram em grande parte estudantes secundaristas com as ocupações de escolas públicas da Educação Básica, estudantes universitários com as ocupações de universidades e Institutos Federais e a greve de setores ligados diretamente às reformas, como professores universitários, técnicos em educação e demais trabalhadores destas instituições. Além de algumas mobilizações de trabalhadores ligados a Sistema Único de Saúde – setor diretamente afetado com corte de investimentos públicos previstos na PEC 55.

A tática de luta “ocupação de escolas” teve seu início no Brasil, no ano de 2015 no estado de São Paulo, quando estudantes secundaristas realizaram ocupações de escolas em protesto contra a implementação do projeto de Reorganização Escolar anunciada pelo então governador do estado, Geraldo Alckmin. O projeto de Reorganização Escolar previa dentre muitas medidas na educação pública o fechamento de mais de 100 escolas em todo o estado de SP. As ocupações de escolas que se espalharam por todo o estado de São Paulo, conseguiram barrar a implementação do projeto de Reorganização Escolar e com isso o fechamento de muitas escolas, garantido o direito ameaçado à educação de muitos jovens.

Os secundaristas que ocuparam as escolas e barraram a Reorganização Escolar no estado de São Paulo, deixaram de exemplo para grande parcela da juventude

brasileira que a luta pela educação pública é um direito, ganhando a simpatia da sociedade brasileira, já que o fechamento de uma escola e a negação por parte do Estado ao direito de estudar soou para população nesse contexto como um ato arbitrário.

No ano seguinte em 2016 com anunciou das PEC 55 e MP 746, as ocupações de escolas retomam o cenário de lutas pela defesa da educação pública no Brasil. Primeiro no estado do Paraná, que chegou a ter 845 escolas, além de institutos federais e universidades ocupadas por estudantes. Como uma "onda" as ocupações de escolas públicas e Instituições de Ensino Superior – IES, espalharam por todo o país durante os meses de outubro, novembro e dezembro no ano de 2016. Segundo informações da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, o número de instituições de ensino médio e superior ocupadas em protesto contra a PEC 55 e MP 746, chegou a mais 1154 em 22 estados da Federação mais o Distrito Federal.

As ocupações de escolas e das IES, ganharam o cenário das lutas contras as reformas do governo de Michel Temer, trazendo à tona as discussões sobre os investimentos do Estado brasileiro com a educação pública, bem como a latente necessidade de se repensar a escola em nosso país ou mais propriamente neste caso em questão, o Ensino Médio. A ideia de que é preciso uma reforma no Ensino Médio não é algo novo e nem surge com a MP 746/2016, este é um debate que atravessa a percepção da população sobre as ruins condições do ensino, trabalho, gestão e estrutura física, dentre outros pontos que conformam escola pública no Brasil, deixando a conclusão que este é um serviço público, de má qualidade.

Está é uma percepção que tem base material, pois infelizmente diante de todo o processo de universalização e acesso à educação básica que a educação brasileira passou nos últimos anos que compreende desde a entrada do aluno na educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio, o Ensino Médio ainda hoje é a fase que apresenta graves problemas como abandono escolar, evasão e claro grande insatisfação dos alunos com o percurso formativo, bem como dos professores com suas condições de trabalho e remuneração. Vejamos alguns dados que nos ajudam a analisar esse cenário:

No Brasil existem hoje 28.025 escolas públicas e privadas de ensino médio regular (urbanas e rurais) que contemplam 7.983.076 matrículas. Do total de escolas, 19.857 são públicas e contemplam 88% das matrículas, sendo que 85% dessas matrículas estão nas redes estaduais, responsáveis pela oferta do Ensino Médio. Na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA/Ensino Médio –, o número de matrículas é de 1.308.786. Já as matrículas no ensino

médio aumentaram de 3,7 milhões em 1991 para 9,1 milhões de jovens em 2004. Este incremento pode ser explicado pela obrigatoriedade do ensino fundamental, prevista na Constituição Federal de 1988, que foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que aumenta o número de jovens concluintes do Ensino Fundamental e que ingressam na última etapa da educação básica que começa apresentar gradativas quedas, a partir de 2005. As taxas de rendimento das escolas públicas regulares de Ensino Médio contemplam 13% de reprovação e 8% de abandono, sendo que as maiores taxas de reprovação (18%) e abandono (10%) ocorrem no primeiro ano. No que se refere a distorção idade série, a taxa é de 30% dos estudantes, podendo chegar a dois anos de atraso no percurso escolar. Cerca de 35% dos jovens entre 15 e 17 anos ainda se encontram no ensino fundamental e 17% encontram-se fora da escola. Soma-se a essa realidade a elevada taxa de abandono escolar precoce, considerando que cerca de 32% dos jovens entre 18 a 24 anos de idade não concluíram o ensino médio e não estão estudando (MEC/INEP, 2015).

Os dados apresentados acima nos ajudam a compreender porque a divulgação da Reforma do Ensino Médio proposta pela MP 746/2016, rapidamente ganhou a simpatia de grande parte da população brasileira, mesmo com parte expressiva dos estudantes secundaristas mobilizados contra a proposta. Fica evidente diante aos dados que é preciso transformar o Ensino Médio no Brasil, pois se parte expressiva dos jovens cerca de 32% entre os 18 e 24 anos não concluíram o EM, somada às altas taxas apresentadas de reprovação e abandono, é impossível haver dúvidas sobre a necessidade de mudanças. Nesta perspectiva fica fácil entender porque a Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo teve aceitação popular, no entanto este não é o único motivo em jogo.

É importante trazermos igualmente para essa análise, o fato que durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, foi enviando para o Congresso Nacional o Projeto de Lei 6.840/2013 sob a coordenação do deputado estadual de Minas Gerais Reginaldo Lopes (PT), que propôs uma reformulação do EM, que em nossa análise não se difere em essência da MP 746/2016. No entanto, esta mesma proposta não mobilizou nem chamou a atenção da sociedade, o que em nossa análise parece dizer que grande parte da resistência e rejeição à MP 746/2016 por alguns setores da sociedade que se opuseram a sua aprovação, está na forma como a mudança foi proposta pelo governo de Michel Temer, através de uma Medida Provisória e não necessariamente no conteúdo da reforma.

Não queremos, entretanto, com esta análise desconsiderar os processos de resistências construindo desde o anúncio da reforma. Já que também em nossa análise, a

realização de um processo estruturante da educação pública, que nasce a partir de uma MP (ou como expressaram os Movimentos Sociais, com uma “canetada”) sem a participação dos estudantes e suas representações, bem como dos professores e seus sindicatos, ou seja, sem a participação popular e dos setores diretamente atingidos por esta reforma, pode ser claramente caracterizado como ato arbitrário e antidemocrático do Estado, diante a necessidade de mudança do EM.

Nesta perspectiva cabe também dizermos sobre o papel central dos meios de comunicação, e como eles influenciaram a opinião pública ao apresentarem a Reforma do Ensino Médio para o conjunto da população brasileira, através de propagandas em canais de rádio e televisão, panfletos explicativos distribuídos nos grandes centros urbanos, youtubers pagos pelo governo para realizarem em seus canais elogios e propagandas sobre a reforma nas redes sociais, dentre outras táticas de divulgação que dialogavam diretamente com a população brasileira apresentando "partes" da Reforma do EM.

Nas propagandas a reformulação do ensino médio, em linhas gerais era apresentada como uma proposta de ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral, permitindo ainda que o aluno escolha entre o ensino regular e o profissionalizante, além de poder definir que disciplinas obrigatórias deseja cursar, já que atualmente se gasta muito tempo, aprendendo conhecimentos sem utilidade prática na escola. Trazendo para o centro da proposta a formação profissional para inserção imediata no mercado de trabalho. Cabendo-nos o questionamento: que cidadão brasileiro preocupado com a sua educação e/ou com a de seus filhos, e ainda mais com a sua sobrevivência e inserção no mundo do trabalho pode ser contra as reformulações da forma como foram apresentadas?

Sobre este cenário tecido até aqui, é o que pretendemos compreender e construir uma análise a cerca das possibilidades da Reforma do Ensino Médio. Quais são as suas implicações, objetivos e metas para com a educação pública no Brasil. Mas do que uma análise de conjuntura, ainda que esse movimento seja necessário e fundante para se entender a atualidade da realidade. Assim discutimos brevemente neste artigo quais são as estratégias do capital para a educação pública, que em nossa hipótese pode ser revelada a partir da análise e compreensão das mudanças propostas com a aprovação da Reforma do Ensino Médio, uma vez, que esta reforma pode nos explicar a tendência do capital para educação no Brasil e qual o papel do Estado nesta relação.

Estratégias do Capital para Educação no Brasil

A relação existente entre a economia e os processos educacionais, não podem ser compreendidos como uma relação causal simples, de causa/consequência, na verdade poucos fatores sociais se explicam por essa lógica. Como aborda Santa (2004), a relação estabelecida entre educação e economia precisa ser lida a partir de uma relação de causalidade complexa, no qual o determinante marca apenas a amplitude das possibilidades de ação do determinado e não a sua realização em si.

Nunca antes a produção da riqueza foi tão social e sua apropriação tão privada, como o momento em que vivemos hoje, ou seja, precisamos vislumbrar que vivemos sobre a era do capital total. No qual o sociometabolismo do capital compreende a totalidade da reprodução ampliada e flexível de capitais, como síntese de um movimento intrínseco as transformações ocorridas na economia política e organizacional do capitalismo mundial, que surgem desde a grande crise de meados da década de 1970, com a agudização do processo de reestruturação produtiva. Temos em cena desde então, novos contornos da acumulação capitalista, mas também das agudizações dos processos já existentes de sua produção e apropriação, como explica Mézáros (2002, p. 79):

A crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindicam a realização) exatamente isso. A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: 1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos

mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.

Mészáros (2002), nos ajuda a compreender algo que Marx já anunciava em *O Capital*: quanto mais desenvolvido o sistema de produção capitalista mais periódica e profunda serão suas crises. No entanto, este é um nível de desenvolvimento do capital que vivenciamos plenamente hoje, que é substancialmente diferentemente da intensidade vislumbrada como tendência por Marx ao desvelar o movimento de produção e reprodução do capital já no século XIX. A conclusão de que as crises são parte dinâmica do funcionamento do capital, é importante para conseguirmos entender a realidade em que vivemos, na qual a crise econômica brasileira que ora se apresenta como um “marolinha”, ora se coloca como um "tsunami", pode não ser nesse atual era do capital total um problema resolvido com a gestão do Estado capitalista e suas reformas, ainda que esse movimento seja relevante ao processo de readequação da produção de capitais às novas exigências de reestruturação do capital. As crises são condição existencial do sociometabolismo do capital e não problemas de uma má ou boa gestão capitalista.

Neste entendimento buscamos analisar a relação de causalidade complexa entre a economia capitalista e a educação. Veremos que a necessidade de reprodução ampliada do capital, ou seja, seu mecanismo de estabilização econômica, reconstituição da sua base de produção, exploração da força de trabalho e aumento do lucro, coloca para a educação mais uma vez seu papel central no movimento de produção e autorreprodução do capital – formar com eficiência a única mercadoria capaz de gerar de valor (o trabalhador) sobe a tutela de formação cidadã na escola.

Todavia o objetivo de formar para o mercado de trabalho, atendendo as necessidades de mão de obra, mas também de formação subjetiva dos trabalhos para o capital, não é um fato novo e nem se inaugura com a Reforma do Ensino médio ou mesmo com a crise econômica, esta já é a tônica que há muito tempo a educação em particular a escola pública, pois é nesta instituição que os trabalhadores ou os trabalhadores em formação frequentam ao longo dos tempos para adquirirem instrução e

se tornarem aptos às exigências do mercado, que a capital forma seus trabalhadores.

Contudo, se analisarmos atentamente o processo de reestruturação produtiva do capital cujo momento predominante da organização e gerência do trabalho na atualidade é o toyotismo, como uma nova racionalidade produtiva universal do capital em sua etapa de mundialização, em um movimento dialético de incorporação e superação da era taylorista/fordista, veremos que a lógica de produção das mercadorias no ambiente e na organização do trabalho é modificada completamente. Mas não é somente no espaço da produção que percebemos tais mudanças, a vida daqueles que as produzem e como também do papel do Estado e suas instituições, são também profundamente alterados nesse movimento (ALVES, 2011).

A flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva (é por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado às características atribuídas ao chamado “modelo japonês” ou, mais precisamente, como ressaltamos, ao modo “toyota” de organização do trabalho e gestão da produção). A ideia de acumulação flexível possui uma é eliminável carga político-ideológica no interior da luta de classes. Ela explica o elemento que robustece o poder do capital contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado. (ALVES, 2011, p. 19).

Portanto, a reestruturação produtiva enquanto acumulação flexível foi, antes de tudo, um resultado histórico-social da luta de classes e da série de derrotas das instituições defensivas do trabalho no campo econômico, político e ideológico, no decorrer das décadas de 1970 e 80. (...) O resultado histórico da mundialização do capital e da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho é deveras impressionante: instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas. Na década de 2000, pode-se dizer que um espectro passou a rondar o capitalismo mundial, o espectro das novas formas de exclusão social, e surgiram novas clivagens de desigualdades (uma “nova pobreza”) no interior do centro capitalista. (ALVES, 2011, p. 20-21).

Desse modo, percebemos que a escola da forma como está organizada na atualidade seja no ensino médio ou no fundamental, está destoante e/ou ultrapassada não só para as angústias e demandas dos estudantes, que cada vez mais se desencontram e se distanciam das aprendizagens e vivências escolares, mas a escola está também em defasagem para o modelo de reprodução ampliada do capital. A lógica do sistema escolar ainda adequada aos parâmetros de produção condizente com o sistema taylorista-fordista de organização do trabalho, da produção e principalmente da

subjetividade do trabalhador que se conforma nesse processo, não produz mais na escola em sua totalidade capital humano compatível a nova ordem do capital.

Na era do capital total é preciso que a escola crie condições para o engajamento subjetivo dos estudantes, não basta somente formar mão de obra para o mercado de trabalho é preciso conformar também uma nova subjetividade que adeque o trabalhador às necessidades produtivas de um capital humano subordinado ao trabalho precário, à exclusão social, a flexibilidade total das condições de produção e reprodução ampliada do capital, em síntese é preciso educar para o desemprego estrutural, sob a tutela de uma formação flexível, participativa e cidadã. É preciso formar para a resiliência como ação de engajamento dos trabalhadores.

É sobre este pano de fundo que pretendemos analisar a relação de causalidade complexa entre educação e o capital, tendo como objeto de compreensão as medidas propostas com a Reforma do Ensino Médio, que teve seu texto aprovado e publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de fevereiro de 2017 com a LEI – 13415. Aproximamo-nos das análises que compreendem a Reforma do Ensino Médio como uma estratégia empresarial do capital para educação pública, traçando agora uma unidade de gestão para esse setor. A Reforma do EM não só facilita um caminho de privatização da educação pública que já vinha ocorrendo de forma desigual e combinada em alguns estados com as parcerias entre secretarias de educação Organizações Sociais – OS, projetos isolados, como também agora se inaugura com a reforma uma legitimidade política e legislativa do processo de privatização da educação pública no Brasil.

Tomemos como exemplo para que fique mais clara esta estratégia, as propostas do Banco Mundial (BM) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), no relatório com as diretrizes para a retomada do crescimento econômico no Brasil. O qual avalia que o déficit de capacitação da força de trabalho no país seria um dos principais entraves econômicos a ser superado, já que o país tem diminuído gradualmente sua capacidade industrial em produtos de alta tecnologia para exportações, somada a queda do preço das commodities, estão aí alguns dos motivos que explicam a recessão da economia brasileira (PASSA PALAVRA, 2016).

Pois bem, se analisarmos as entrelinhas desta conclusão, veremos que as diretrizes ou recomendações propostas pelo Banco Mundial e a UNICEF nos diz que é preciso produzir produtos de alta tecnologia, mas para tanto é preciso formar mão de

obra capaz, ou em suas palavras reinventar a educação brasileira. Essa é a tônica, primeiro eles nos apontam o problema e logo após já nos dão a solução, vejamos abaixo as recomendações:

Desenvolver instituições e processos com foco na qualidade da prestação dos serviços públicos, bem como estimular a prestação de serviços pelo setor privado (por exemplo, por meio de PPPs e investimentos diretos locais e estrangeiros), acompanhados pela implementação mais sistemática de uma gestão baseada em resultados e uma formulação de políticas baseada em evidências. Por meio do aumento da eficiência e da redução da desigualdade no acesso à educação e à saúde, atraindo recursos privados no âmbito de um arcabouço robusto de garantia de qualidade (Relatório N°: 101431-BR, 2016, p.38).

Fica evidente que os caminhos traçados pelo capital para a redução da pobreza e retomada do crescimento econômico, ligados ao mercado de trabalho não podem ser sustentados sem o aumento da produtividade e os investimentos públicos e privados, no processo de formação e recomposição da mão de obra. O interesse real da Reforma do Ensino Médio não é atender as demandas da juventude brasileira que não chega a completar esta etapa da escolarização e que se encontra em grande parte excluída do mundo do trabalho, a reforma apresenta um claro interesse de adequação da educação às necessidades vigentes do capital, como explicamos acima. Transformando um direito em mercadoria, cuja finalidade é atender diversos nichos de mercados que se abrirão com as medidas propostas na reforma, acentuando ainda mais as desigualdades escolares e abrindo base legal para privatização do ensino público.

É importante diferenciarmos que ao dizermos que a reforma do EM é uma estratégia de privatização da educação pública, que a partir de sua implementação a consequência será cobrança de uma mensalidade ou de uma taxa aos estudantes que desejem cursar o EM, não se trata desta lógica de privatização. Quando constatamos tão conclusão, estamos apresentando que a partir da Reforma do EM a lógica e a racionalidade neoliberal mostra sua principal ambição, transformar em diversas mercadorias o que deveria ser um direito. Tomemos emprestada a análise do professor Luiz Carlos Freitas, ao dizer sobre concessão gestão das escolas públicas de Goiás feita pela Secretaria de Educação do estado para as OS no ano de 2015:

É óbvio que não se pode vender uma escola para a iniciativa privada. Igualmente não se vendem as estradas, coloca-se pedágio. Ocorre que não é apenas a posse ou não dos prédios que definem a privatização, mas são as relações que ocorrem dentro dos prédios. As relações do setor privado são distintas das do setor público. O estado de Goiás está entregando à

administração privada um bem público e isto se chama privatização por concessão de gestão (FREITAS, 2015, s/p).

Será preciso, portanto, entendermos quais as facetas que esta reforma irá assumir no cotidiano das escolas e qual é o novo sentido dado para as categorias flexibilização, privatização, modernização, precarização do trabalho na materialidade do cotidiano. Indo desde as mudanças previstas para “o chão da escola” com as principais diretrizes da reforma: ensino integral, flexibilização do currículo, mudanças na forma de contratação de professores (o que venha a ser o notório saber, previsto na reforma) até a relação desenvolvida entre o Estado e o setor privado na educação pública. Nesse sentido chamamos a atenção para algumas questões que para nós representa o arcabouço central das mudanças propostas com a reforma:

1-Estreitar o controle das empresas sobre os espaços formativos da força de trabalho, ajustando as aptidões desenvolvidas no período escolar às demandas contemporâneas do mundo produtivo; 2-Desbravar e estabelecer as regras de novos segmentos de mercado, fazendo adequações legais para formalizar a atuação de empresas de pequeno, médio ou grande porte nos diferentes tipos de negócios que se abrirão em torno de serviços e infraestrutura para os sistemas públicos de educação; 3-Avançar técnicas organizacionais e disciplinares para dentro dos processos educativos, tanto no que toca aos alunos quanto os trabalhadores do setor, tomando a própria dinâmica concorrencial dos mercados como instrumento e finalidade de uma nova construção política. (PASSA PALAVRA, 2016, p.S/N)Esta abordagem nos leva então a necessária revisão de alguns conceitos e experiências que não se apresentam neste momento no projeto, mas que são imprescindíveis para esta análise como: compreender o que é o modelo de escolas Charter norte-americanas e que isso pode nos dizer sobre a realidade brasileira; qual relação estabelecida entre a reforma e o mercado financeiro organizado na forma de consultores como no Movimento Todos Pela Educação, nas Organizações Sociais e nas Fundações das grandes empresas e bancos; bem como o processo de reestruturação produtiva e suas implicações para educação.

Ainda assim, acreditamos que será preciso acompanhar mais de perto os próximos passos deste processo de implementação da Reforma do EM,/ bem como qual a tendência anunciada pela reforma que irá se universalizar como uma estratégia do capital para a educação pública no Brasil, todas as suas potências.

Considerações Finais

A categoria Reforma sempre esteve em discussão para aqueles cujo dilema da superação da sociabilidade capitalista se coloca como uma questão. Este debate marcado centralmente pela oposição dada entre a tática e a estratégia, ou melhor, dizendo, entre as mudanças construídas dentro da ordem como um processo de acúmulo de forças para se alcançar a transformação e/ou superação da sociabilidade capitalista e a luta pela emancipação humana, são temas não só polêmicos, mas também determinantes da práxis das organizações dos trabalhadores.

As discussões que envolvem o campo teórico do marxismo a cerca do debate sobre a categoria reforma, está diretamente ligado ao debate sobre papel do Estado na sociedade de classe e quais os rumos devem tomar as lutas dos trabalhadores, ou seja, esta discussão se vincula diretamente entre os limites das mudanças e a radicalidade das transformações.

Neste período em que vivemos profundas mudanças, impostas por diferentes reformas que atacam e retiram direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores seja na educação, na saúde, na seguridade social como medidas desenfreadas para retomada de um crescimento econômico e superação da crise brasileira, vemos com necessidade e urgência e o exercício de se compreender a totalidade destas reformas, não como um exercício meramente intelectual, mas a fim de encontramos qual o melhor caminho para a construção das resistências e lutas.

Por fim gostaríamos de encerrar esta reflexão com a motivação que nos trouxe até aqui: as ocupações de escola, universidades e IFES realizadas pela juventude brasileira no último período de 2016. Essas experiências deixaram o aprendizado de que apesar das diferentes estratégias de dominação e subordinação historicamente construídas pelo capital como destino para a juventude pobre, filhas e filhos dos trabalhadores de nosso país que insistem e resistem a cada dia em sobreviver e que na escola pública se encontram com toda a convulsão e precariedade de suas vidas. É que contraditoriamente se produziu um dos processos mais significativos de luta e resistência do último período, o exercício de luta e resistência feitos por esses jovens, nos diz muito sobre os caminhos que como classe deveremos percorrer.

Referencial Teórico

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade – O Espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo editorial, 2011, 168 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. Goiás: secretaria “cria” justificativa para aventura privatista. Publicado em 9/12/2015. In: <http://avaliacaoeducacional.com/2015/12/09/goias-secretaria-cria-justificativas-para-aventura-privatista/>.

LESSA, Sérgio. "Centralidade ontológica" do trabalho e "centralidade política" proletária. IN: Revista do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais), PUC-SP, v. 13 e 14,2005, p. 106-121. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_lessa.pdf.

MÉSZAROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

PASSA PALAVRA. Reforma do ensino médio: uma estratégia empresarial. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/10/109597>. Publicado em 2016.

PASSA PALAVRA. Sem futuro: reestruturação produtiva na escola. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/11/109963>. Publicado em 2016.

SANTOS, Oder José dos. Reestruturação Capitalista: Educação e escola. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, v.13, n.1, p.79-89, jan./jul. 2004.